

## **Revista Fon-Fon (1940-1950) - A omissão editorial do holocausto durante a Segunda Guerra Mundial e dos refugiados judeus no Brasil no pós-guerra <sup>1</sup>**

**Alexandra Gonzalez<sup>2</sup>**

### **RESUMO EXPANDIDO**

Este artigo tem como objetivo pesquisar a cobertura da Segunda Guerra Mundial efetuada pela revista feminina Fon-Fon, editada no Rio de Janeiro entre os anos 1907 a 1958. O foco do estudo está nas 545 edições da revista Fon-Fon, publicadas entre os anos 1940 e 1950, período que engloba o começo da Segunda Guerra Mundial, o envolvimento ativo do Brasil no conflito e os cinco anos posteriores ao término da guerra. Nestas edições há o predomínio do gênero masculino na produção das reportagens e opiniões sobre como a mulher deveria ser, pensar e agir na sociedade. Nos mesmos números, há uma completa supressão de assuntos relacionados ao holocausto, imigrantes refugiados e judeus residentes no Brasil. Utilizamos as teorias de Stuart Hall e Miquel Rodrigo Alsina sobre indústria cultural e construção das notícias, respectivamente, e a teoria do Espiral de Silêncio, proposta pela cientista política alemã Elisabeth Noelleneumann relacionando a não-notícia aos interesses da opinião pública. Observamos no corpus estudado (1940-1950) que a revista Fon-Fon procurou manter suas leitoras o mais distante possível dos assuntos relacionados à Segunda Guerra Mundial. O controle das informações era notório, bem como a supressão dos fatos e do lado mais cruel do conflito. Fica claro o cunho antissemita do conteúdo da publicação, juntamente às tintas suavizadas da parte que interessava divulgar sobre a guerra e o atual questionamento sobre tais temas em revistas dedicadas ao público feminino.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial, jornalismo, revista, gênero, cultura, holocausto

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na X Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom), realizada São Paulo, SP, 27/8/2015

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo, jornalista e professora da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: [alexandra.sarasa@metodista.br](mailto:alexandra.sarasa@metodista.br)

## TEXTO DO TRABALHO

Depois do dia 1º de setembro de 1939 o mundo nunca mais seria o mesmo. Nesta data, sob o pretexto de recuperar territórios perdidos após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha invade a Polônia e dá início a um dos conflitos mais sangrentos da história recente, a Segunda Guerra Mundial. Em poucas semanas, as maiores potências da Europa, como Grã-Bretanha e França, estariam empenhadas em derrotar o eixo, liderado pelo ditador nazista Adolf Hitler, e formado pela Alemanha, Itália e Japão. A vitória dos aliados só seria alcançada seis anos depois, quando os Estados Unidos entraram no conflito.

De acordo com o historiador militar Max Hastings (2011), cerca de 27 mil pessoas morreram diariamente entre setembro de 1939 e agosto de 1945 em consequência do conflito global. No livro *Inferno* (2011), Hastings afirma que o conflito provocou muitas migrações em massa.

Algumas eram ordeiras: metade da população da Grã-Bretanha mudou-se durante a guerra, e muitos americanos aceitaram empregos em lugares desconhecidos. Em outras partes, porém, milhões de pessoas foram arrancadas de suas comunidades em circunstâncias espantosas e enfrentaram provações que, com frequência, as levaram à morte (HASTINGS, 2011, p. 11, 12).

Milhões destes cidadãos arrancados de suas casas em vários países da Europa eram judeus, perseguidos pela ideologia nazifascista, o que ocasionou em uma das faces mais chocantes do conflito: o holocausto, o extermínio sistemático de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de concentração nazistas espalhados pelos territórios ocupados pelos alemães. Segundo a Holocaust Encyclopedia, disponibilizada online pelo United States Holocaust Memorial Museum, a maioria dos países latino-americanos foram relativamente abertos aos imigrantes judeus no período posterior à Primeira Guerra Mundial, entre 1918 e 1933. Entretanto, após a tomada do poder do partido nacionalista na Alemanha, conforme a busca de refúgio se intensificou, aumentou a resistência popular e oficial para a aceitação dos judeus europeus e estrangeiros de modo geral.

De acordo com o artigo *Refuge in Latin America*, do United States Holocaust Memorial Museum, governos latino-americanos receberam oficialmente cerca de 84 mil refugiados judeus entre 1933 e 1945, menos da metade do número admitido durante os quinze anos anteriores. O Brasil recebeu 96 mil imigrantes judeus, entre 1918 e 1933, e 12 mil, entre 1933 e 1941. A recusa dos países latinos para oferecer abrigo a refugiados judeus e o aumento do antissemitismo resultou de muitas causas. Uma delas era a simpatia de alguns governantes latino-americanos para as teorias de pureza racial nazistas e a ideologia nacionalista, caso do governo Vargas, por exemplo.

Para refugiados de outras religiões era mais fácil imigrar para algumas nações latino-americanas. Segundo o artigo *Refuge in Latin America*, o México admitiu apenas 400 refugiados judeus entre 1933 e 1945, mas emitiu pelo menos 16 mil vistos de imigração para os refugiados legalistas espanhóis entre 1938 e 1945, e mais de 1.400 vistos para refugiados poloneses católicos entre 1939 e 1941. O Brasil acolheu vários milhares de refugiados não-judeus da Finlândia e do território controlado alemão.

### 1. A mídia brasileira noticia o conflito

Durante a guerra que exterminou quase 70 milhões de pessoas, entre soldados e civis, a mídia, obviamente, estava presente. Entretanto, cada produto midiático fornecia uma leitura bastante particular dos fatos, dependendo do lado em que o veículo de imprensa estivesse defendendo, conforme explica Alsina:

Precisamos ter muito claro que os meios de comunicação permitem a visibilidade de certas realidades, mas, ao mesmo tempo, não refletem outras tantas. Além do mais, no tocante aos fatos sobre os quais focalizam sua atenção, cada dia fica mais evidente que os produtores da informação simplesmente interpretam os fenômenos sociais. Interpretam a realidade social quando a descrevem. Essa construção da realidade é feita com estratégias discursivas que são invisíveis para os olhos do ingênuo leitor (ALSINA, 2009, p. 290).

Na época, o rádio e os jornais impressos ainda eram as principais fontes de informação. As agências telegráficas internacionais abasteciam as redações com informações do front. No Brasil, em plena ditadura do Estado Novo, a imprensa era submetida ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e era preciso driblar a

censura de um governo inicialmente favorável às ações de Hitler. Os jornais sofriam para emplacar títulos antifascistas e pró-democráticos e escapar dos cortes dos censores.

Por outro lado, nas revistas femininas como Fon-Fon, a guerra e seus desdobramentos passavam longe. Neste estudo, foram pesquisadas todas as 545 edições da revista Fon-Fon publicadas entre os anos 1940 e 1950, período que abarca uma mudança de lado do Brasil no conflito e o início do pós-guerra. Entretanto, em nenhum número do periódico na década estudada as palavras “holocausto, extermínio ou campo de concentração” aparecem uma vez sequer. A impressão era que as leitoras deveriam permanecer alheias a um assunto tão “desagradável” a moças de classe social privilegiada, público alvo da publicação. Além disso, o Estado Novo tinha uma ideia bastante clara sobre o papel da mulher na nova sociedade nascente.

Às mulheres, a Era Vargas preparou, cuidadosamente, um projeto pedagógico, uma cartilha de retorno das mulheres ao lar, lugar de onde poderiam servir à pátria e a família ao mesmo tempo. Servindo a família, estariam, imediatamente, servindo a nação. Voltadas para os problemas domésticos, alienadas do contexto político, alheias aos problemas sociais e apenas com a função de mãe / esposa / educadora, não lhes era permitida qualquer afinidade ou semelhança com as funções masculinas ou da pátria. Portanto, esse retorno da mulher ao espaço privado do lar representou um retrocesso significativo em relação às conquistas femininas adquiridas na década de 20. (NAHES, 2007, p. 38).

### **1.1 A revista Fon-Fon e a (não) cobertura da Segunda Guerra Mundial**

A revista Fon-Fon, de periodicidade semanal, teve uma vida longa dentro do contexto da história da imprensa feminina brasileira: 51 anos, sem interrupção da veiculação. Nasceu no Rio de Janeiro, em abril de 1907, na Rua da Assembleia, 62, hoje Rua República do Peru, 63. Neste local, os jornalistas e intelectuais Mário Pederneiras, Gonzaga Duque e Lima Campos fundaram a publicação. Segundo Nahes (2007, p. 100), “seu título proclama, como marca de progresso, um ruído novo para a cidade, o das buzinas dos automóveis da capital que se industrializava vertiginosamente”. A sucursal de São Paulo ficava a cargo de Wether Ferinello e localizava-se na Rua São Bento, 220. Em Paris, o responsável pela sua distribuição era o Comptoir International de Publicité, sob a tutela de Garçon & C. Lavindrey.

Segundo Buitoni (1990), as revistas femininas podem ser classificadas como jornalismo de serviço, pois trazem informações que têm uma ligação direta com a vida da leitora e falam sobre assuntos que afetam o cotidiano. O jornalismo de serviço é marcado nas revistas femininas por suas tradicionais editorias: moda, beleza, comportamento, culinária, decoração, etiqueta.

Transformadas em tendência, revistas como a Fon-fon passam a ditar um novo modelo de comportamento. Lazer, recreação, entretenimento, moda, humor, ênfase na família, *presse du coeur*, estão, agora, profundamente ligados ao cotidiano de uma sociedade burguesa, segura de seus valores ainda recentes, e consequência da revolução industrial em curso no país. (NAHES, 2007, p. 104).

Também havia um apelo opinativo, quando, por meio de fotos, publicidade e textos com excesso de adjetivos, a revista emitia “sua” opinião, invariavelmente a mesma do Estado, sobre fatos diversos – incluindo a guerra. As notícias sobre a luta armada pouco apareciam e quando isso ocorria, a realidade retratada na revista era uma versão bastante peculiar dos fatos veiculados por outros veículos.

### Figura nº 1 – Capa da revista Fon-Fon, edição 0005, 1940



### Figura nº 2 – Reportagem A Mulher na Guerra, edição 0005, 1940

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Na notícia reproduzida na Figura nº 2 não se menciona sequer em qual país as tais “mulheres na guerra” do exército americano estão. Mais importante é observar “a ordem, o asseio e a higiene no serviço de alimentação”, no último parágrafo. Não se

sabe para onde elas embarcaram, contra quem estão lutando, qual o propósito de cada ação, como se elas estivessem em um mundo paralelo, conforme afirma Alsina.

O jornalista é autor de um mundo possível que se manifesta em forma de notícia. Na construção da notícia estão presentes três mundos distintos e que estão inter-relacionados, são eles: o mundo “real”, o mundo de referência e o mundo possível. O mundo “real” seria o mundo dos fatos, dos acontecimentos, que foi dotado de sentido, *prima facie*. O jornalista adota um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. Esse mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita. Os jornalistas, para conferir sentido aos fatos, aos acontecimentos, realizam uma inferência lógica que é conhecida como abdução. (ALSINA, 2009, p. 303,304).

### Figura nº 3 – Artigo Aqui fala a BBC, edição 0005, 1940



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

O artigo de Julio Rosen (Figuras 3 e 4) é um pouco mais claro ao retratar um bombardeio a Londres e seu percurso para escapar das bombas. Em seu texto percebe-se que há, de fato, um conflito em andamento. Há a descrição do “alarmante” papel da mulher no cotidiano da guerra e da administração da cidade durante a ausência masculina. E, mais uma vez, não é mencionado o inimigo. De quem são os aviões que jogam as bombas em Londres? Qual o motivo dos ataques? Nada é dito, como em uma construção particular da realidade.

Com o surgimento dos sujeitos, começa a aparecer a pluralidade das concepções da realidade. Afirma-se que “nunca há uma descrição ‘correta’ e ‘verdadeira’ da realidade, mas muitas bem diversificadas, segundo os critérios nos quais se fundamenta o observador para a seleção das suas informações; quais as distinções e os juízos de valor que ele faz e de que perspectiva, com que interesse e quais os

objetivos com que observa seu tema (SIMON, 1994:133). Nesse sentido, como nos diz Urrutia (2000:33), “a verdade é, portanto, a verdade para alguém, em algum lugar, em algum momento que pode ser definido” (ALSINA, 2009, p. 35).

Entre 1940 e 1942 as “notícias” da guerra vão aparecendo desta maneira nas páginas da revista, de forma aleatória, fantasiadas, com toques cinematográficos ou puramente ilustrativos. Há outros poucos relatos nos moldes do artigo de Julio Rosen, e nada de mais relevante sobre o assunto é mencionado.

#### **Figura nº 4 – Capa revista Fon-Fon, edição 0020, 1940**



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

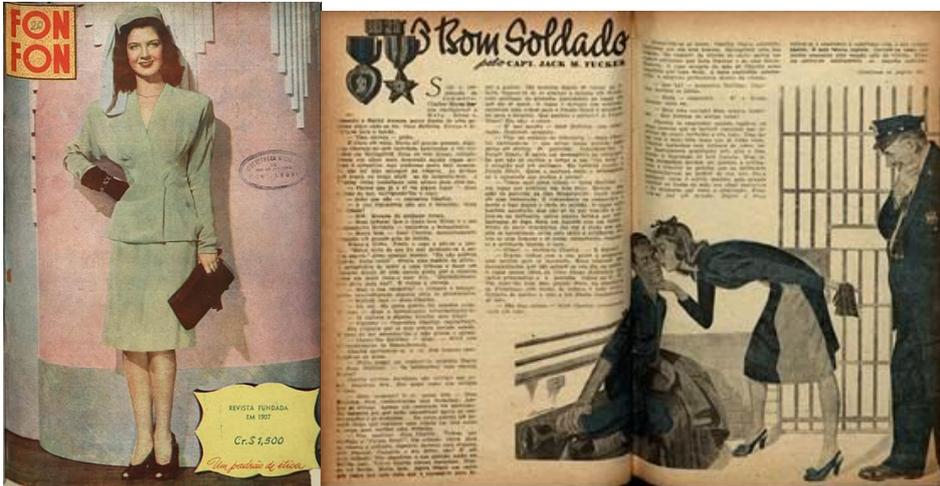
### **1.2 O Brasil entra oficialmente na guerra e aparece mais em Fon-Fon**

A partir de 1942, Fon-Fon começa a mudar o foco das notícias sobre o conflito. Nahes observa que, com a entrada, até certo ponto forçada, do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, no lugar de matérias que antes enfatizavam os papéis femininos ideais, ou reportagens cujos conteúdos de cunho nazifascistas eram traduzidos como escancaradas manifestações de apoio aos países do Eixo, agora, o que se observa, é que o olhar masculino sobre a revista, pretensamente camuflado nos anos anteriores, nesse momento ganha visibilidade:

No lugar de textos onde se enaltecia a mãe-esposa-rainha do lar, entra em pauta o brasileiro guerreiro – forte em músculos e espírito guardião – da Nação que vai à guerra e voltará vitoriosa (NAHES, 2007, p. 111).

**Figura nº 5 – Capa revista Fon-Fon, edição 0020, 1945**

**Figura nº 6 – Crônica O Bom Soldado, edição 0020, 1945**



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

**Figura nº 7 – Reportagem Condecorados da F.E.B., edição 0020, 1945**



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A partir do estudo destas notícias nota-se que a Segunda Guerra Mundial figura nas páginas de Fon-Fon como mais uma produção de Hollywood: distante, asséptica, com fotos bem posadas. E, claro, dando todo o apoio a “nossos rapazes”, agora condecorados, mas antes de tudo soldados que desembarcavam despreparados no inverno italiano, sofrendo, a princípio, mais com o frio do que com a batalha devido à inadequação de seus uniformes, confeccionados para o clima tropical.

Durante o período que abarca a pesquisa para este artigo (1940-1950), há um retumbante silêncio sobre o holocausto, os campos de concentração, judeus exilados e

expatriados, centenas de imigrantes de diversas nacionalidades que chegaram ao Brasil motivados pelo conflito ou detalhes sobre os conceitos do nazismo e suas consequências. Essa omissão, até mesmo do ponto de vista de questões femininas sobre o tema, nos faz concordar com Hall quando ele afirma sobre o poder que as indústrias culturais têm ao modelar as notícias de acordo com seus interesses políticos.

As indústrias culturais têm de fato o poder de retrabalhar e remodelar constantemente aquilo que representam; e, pela repetição e seleção, impor e implantar tais definições de nós mesmos de forma a ajustá-las mais facilmente às descrições da cultura dominante ou preferencial. É isso que a concentração do poder cultural – os meios de fazer cultura nas mãos de poucos – realmente significa. A concentração cultural tem efeitos concretos – mesmo que estes não sejam todo-poderosos ou todo abrangentes. (HALL, 2008 p. 238).

De acordo com Hall (1981), a função básica da mídia diante destes fatos destacados pela revista é a de “fornecimento e a construção seletiva do conhecimento social, do imaginário social através do qual percebemos os ‘mundos’, as ‘realidades vivenciadas’ dos outros e reconstruímos imaginariamente suas vidas e as nossas em um ‘mundo global’, inteligível, em uma ‘totalidade vivenciada’”. Ou seja, Alsina (2009) define essa prática como os discursos fornecidos pela mídia a partir dos quais os grupos ou as classes constroem uma imagem das vidas, significados, práticas e valores de outros grupos ou classes sociais e sobre a sua situação com relação ao quesito globalidade.

A imprensa oficial controlada pelo DIP dizia à população que os representantes do exército brasileiro estavam conquistando para o Brasil o direito de participar da reconstrução da sociedade democrática, mas seguia o flerte com as teorias nacionalistas propostas por Hitler e seus aliados. O que se via era uma ditadura enviando para a guerra os rapazes da FEB<sup>3</sup> para libertar “povos oprimidos”.

---

<sup>3</sup> FEB: A Força Expedicionária Brasileira foi criada no dia 9 de agosto de 1943 pelo decreto Ministerial nº 47-44, publicado no mesmo mês. Era constituída por uma Divisão de Infantaria Expedicionária, que atuaria junto dos aliados na Itália no enfrentamento do nazifascismo. A 28 de dezembro de 1944, o comando foi entregue ao general Mascarenhas de Moraes. O 1º Escalão da FEB partiu para a Itália no dia 2 de julho de 1944 com 5 mil homens. O 2º e o 3º escalões partiram no dia 22 de setembro de 1944, com 10 mil homens. O 4º escalão partiu no dia 23 de novembro de 1944 e o 5º escalão, no dia 8 de fevereiro de 1945. Fonte: Site do Exército Brasileiro (<http://www.eb.mil.br/>)

As expectativas da imprensa em relação à importância da representatividade brasileira na guerra eram anunciadas diariamente ao público leitor, nos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, e reproduzidas em outros congêneres (...) Para o envio de uma notícia, era necessária, primeiro, a autorização desses responsáveis, que, por sua vez, as enviavam ao Brasil e, aqui, o DIP funcionava como central catalisadora e distribuidora das notícias da guerra. (RIGONI, 2003, p. 11 a 14).

Segundo cita Nahes (2007), em *Fon-Fon* encontra uma publicação aliada ao governo, pois, embora seja vista “apenas” como uma revista feminina, seu conteúdo é produzido por intelectuais como Mario Poppe e Gustavo Barroso, favoráveis ao regime nacionalista de Vargas. A autora enfatiza que, da leitura dos textos da *Fon-Fon*, percebemos que esse uso aleatório de seres e objetos que fazem parte de nosso mundo, com o objetivo de transformá-los em vetores de ideias e preceitos, é um fazer que segue um princípio unificador: a ideologia nazifascista.

De 1942 até seu final, a ditadura Vargas muda seu discurso, movida por interesses econômicos advindos dos Estados Unidos com a entrada do Brasil no conflito. A preocupação maior do governo brasileiro naquele momento era fazer a apologia dos americanos, em uma mudança que impacta o teor das notícias veiculadas sobre a guerra. Reportagens e fotografias que traçavam o mapa das batalhas na Europa, folhetins, contos e crônicas assinados por escritores americanos tomaram o lugar dos trejeitos exageradamente copiados da França que ocupavam as páginas da revista até então. Quanto às mulheres, estas passam a ocupar o papel de coadjuvantes dos heróis, que agora marcam forte presença nessa publicação feminina.

**Figura nº 8 – Artigo Mulheres de 1945, edição 0034, 1945**



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Ainda com base nas reflexões de Hall (1981), a função da revista diante das notícias da Segunda Guerra Mundial é a de organizar, estruturar e juntar o que tem sido representado e classificado seletivamente de acordo com os interesses da publicação, gerando um consenso e construindo uma legitimidade editorial. Para Alsina (2008), este processo é feito de uma maneira dinâmica e dialética, pois o consenso e a legitimidade vão se adaptando às circunstâncias históricas e aos grupos emergentes.

Prova disto é que de todos os textos publicados em Fon-Fon sobre a guerra, *Mulheres de 45*, escrito por Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, (Figura nº 8 – Artigo Mulheres de 1945, edição 0034, 1945), é o mais elucidativo e consciente sobre o que de fato se passou. Ainda que não disfarce o ufanismo, principalmente no desfecho, o artigo da poetisa, tradutora e feminista carioca mostra de maneira mais realista a importância da mulher ao enfrentar a guerra de forma ativa, não apenas como espectadora ou simples vítima. Anna Amélia foi a única a escrever claramente os nomes de Hitler e Mussolini na revista, ainda que não descreva os atos destes indivíduos.

E novamente, o silêncio sobre o holocausto, o que nos faz aludir à Teoria do Espiral de Silêncio, proposta pela cientista política alemã Elisabeth Noelleneumann, nos anos 1970, relacionando a não-notícia aos interesses da opinião pública. Para Noelleneumann, a opinião pública é uma força tangível que controla as decisões dos indivíduos, o que os faz avaliar a tendência geral de um tema. A base da teoria consiste no argumento de que as pessoas que têm um ponto de vista minoritário tendem a cair no

silêncio ou no conformismo diante da opinião pública geral. Segundo Orlandi (1993), com ou sem palavras, o silêncio determina os processos de significação, trabalhando os limites das formações discursivas e determinando os limites do não-dizer.

O silenciamento ou a política do silêncio é uma linha tênue entre o que se diz e o que não se diz, ou melhor, se diz “x” para não se dizer “y” (...). Esse “não-dizer” está ligado à determinação histórica e à ideologia. Essas diferentes formas do silêncio se movem nos processos de construção de sentidos e, quando chegamos ao campo político, encontramos um aspecto que é o da relação entre verdade e falsidade na linguagem (ORLANDI, 1993, p. 76, 98,100).

**Figura nº 9 – Capa revista Fon-Fon, edição 0035, 1945**

**Figura nº 10 – Reportagem No Lar, Enfim, edição 0035, 1945**



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

### 1.3 A guerra termina, a omissão sobre o holocausto continua

De acordo com o Holocaust Encyclopedia, com o término do conflito mundial, em 1945, a América Latina foi um importante destino para muitos judeus sobreviventes. Mais de 20 mil judeus deslocados imigraram para esta parte do globo entre 1947 e 1953. Seu principal destino foi a Argentina, que se tornou o lar de pelo menos 4.800 sobreviventes. Outros foram distribuídos entre Brasil, Paraguai, Uruguai, Panamá e Costa Rica. Fon-Fon não menciona uma vez sequer o destino de imigrantes judeus – ou de quaisquer outras origens, etnia, religião ou nacionalidade – de imigrantes recebidos pelo Brasil neste período. Ainda assim, muitos refugiados desembarcaram aqui, mas é como se o fato nunca tivesse ocorrido para os editores de Fon-Fon.

Paralelamente, em 1946, ao final da guerra, com milhões de judeus perseguidos e sem ter para onde ir, o sionismo começa a ganhar forças. Começa a se fomentar a ideia da criação do Estado de Israel no Oriente Médio em uma área então ocupada integralmente pela Palestina. Os britânicos, que dominavam a Palestina, tentaram evitar a imigração de judeus para a região, até que, em 29 de novembro de 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a divisão da Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. Os países árabes não aceitaram a resolução da ONU, mas um ano depois Israel é reconhecido como nação, dando início à Guerra de Independência de Israel, a primeira de uma série de conflitos entre árabes e israelenses que perdura até os dias atuais. A guerra de independência termina em 1949 e Israel não apenas vence, como também consegue a ampliação do seu território.

É exatamente sobre este fato que trata a última grande menção sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial em uma reportagem da revista Fon-Fon no período estudado neste artigo. Não irei discutir neste trabalho a legitimidade da luta entre árabes e judeus pelo domínio deste território, mas apenas me concentrar no cunho antisemita da reportagem a seguir, a primeira que menciona refugiados de guerra árabes. Os judeus são mencionados no texto, mas não há um contexto nesta menção.

### **Figura nº 11 – Capa revista Fon-Fon, edição 2181, 1949**



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Figura nº 12 – Reportagem Trágica Migração dos Árabes na Palestina



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

O que desperta a atenção é a chamada de capa (Figura nº 12) para uma reportagem sobre um assunto que não costumava estar entre os destaques da revista, como os artigos de moda e de celebridades. Neste exemplar, a reportagem em questão é a única chamada da capa, o que causa ainda maior estranhamento. O tamanho da matéria, com seis páginas, também é notório. Algo demasiado extenso em uma publicação que não costumava dedicar mais do que três páginas para quaisquer outras reportagens analisadas no período de estudo deste artigo – fato que posteriormente, até o final de 1950, tampouco volta a se repetir, independentemente do tema da reportagem.

No início do texto “Trágica migração dos árabes da Palestina” há menção das condições degradantes às quais 600 mil refugiados árabes foram submetidos. “Sem

pátria, mortos de fome, doentes, desorientados”, diz o autor, que não assina o texto – presume-se que a autoria tenha sido de um dos redatores: Gustavo Barroso, Elcias Lopes ou Alziro Zarur, uma vez que nem o editorial da semana está assinado naquele número. Contudo, em nenhum parágrafo, o texto explica os motivos pelos quais estas pessoas se tornaram refugiadas. Em janeiro de 1949 o Estado de Israel já existia oficialmente, mas a reportagem não o menciona.

No texto, a ONU, isolada e confusamente, é apontada como a causadora da aflição destas pessoas e há um claro apelo ao lado maternal das leitoras, expondo fotos de crianças e mulheres em sofrimento – como de fato estão, legitimamente, mas que naquelas páginas são colocadas de uma maneira distorcer os fatos sem elucidá-los. Um dos princípios básicos do jornalismo, que é ouvir os dois lados da história, foi simplesmente ignorado. Afinal, a quem ouvir? A ONU? Não fica claro quem seria o outro lado da história. Não há um desfecho nas palavras para a reportagem, mas na legenda da última foto pode-se ler nas entrelinhas a mensagem do Estado Novo, católico e defensor de um status quo definido: “Para os irmãos do Mosteiro de Jericó, os credos e a opinião política dos refugiados não têm importância. O importante é que essas crianças estão com fome.”

De acordo com Semprini (1997), a realidade é uma construção e toda a objetividade é uma objetividade a partir de uma certa versão, mais ou menos eficaz, da realidade.

O conhecimento é um fato político. Se as categorias e os valores sociais são o resultado de uma atividade social, se faz necessário analisar as relações concretas que os originam, as relações de força, os interesses dos grupos que defendem determinadas categorias de valores e como são marginalizados outros grupos. (SEMPRINI, 1997, p. 59, 60).

### **Considerações finais**

Observamos no corpus estudado (1940-1950) que a revista Fon-Fon procurou manter suas leitoras o mais distante possível dos assuntos relacionados à Segunda Guerra Mundial. O controle das informações era notório, bem como a supressão dos fatos e do lado mais cruel do conflito. Fica claro o cunho antissemita do conteúdo da publicação, juntamente às tintas suavizadas da parte que interessava divulgar sobre a

guerra. Talvez este modelo de revista satisfizesse seu público alvo, que preferia sonhar com romances vividos com os rapazes de uniforme a se confrontar com o verdadeiro horror da guerra. Talvez muitas tenham se chocado com a matéria “Trágica migração dos árabes da Palestina”, mas a quais conclusões chegaram sobre ela? Se levarmos em conta apenas o material publicado por Fon-Fon, devem ter sido poucas. O holocausto e o destino dos refugiados judeus, bem como daqueles de outras nacionalidades e fé religiosa que desembarcavam no Brasil, foram varridos para debaixo do tapete como assuntos *non gratos* ou pouco interessantes nas páginas da publicação.

Entretanto, desde que a última edição de Fon-Fon foi às bancas, em 1958, o mundo mudou. As mulheres ocuparam espaço na sociedade, no mercado de trabalho e na política. As revistas femininas também tomaram rumos diversos e com o advento da internet e das redes sociais, cidadãos de todas as origens, credos e classes sociais conseguem se expressar, serem ouvidos, vistos e, como não poderia deixar de ser, também criticados em suas opiniões, sejam elas de cunho racistas ou cidadãs. Como explica Alsina (2003, p. 181) “as representações sociais, mesmo que costumem ter uma certa continuidade histórica, podem também mudar de acordo com as circunstâncias de cada momento e da perspectiva dos observadores. Um exemplo muito ilustrativo é a representação da imigração nos meios de comunicação”.

A discussão sobre novos conflitos armados, tão atuais e chocantes, como as matanças no Sudão e Zaire, a diáspora Palestina, as guerras no Oriente Médio, ou a guerrilha urbana no Brasil envolvendo a violência relacionada com as drogas, segue com pouco espaço nas publicações dedicadas exclusivamente às mulheres. Revistas como Marie Claire (editora Globo) ou Claudia (editora Abril) são duas das poucas revistas femininas que hoje procuram dar espaço editorial para tais assuntos com a seriedade e a profundidade que eles merecem. As demais, cerca de 25 publicações nacionais voltadas ao público feminino, sequer abordam as guerras atuais. Em algumas, esta omissão é uma decisão editorial. Mas será que a mulher do século XXI prefere não ouvir nada sobre os conflitos, como a leitora de 1950?

Não refletir sobre estas questões fariam destoar das reportagens de moda e maquiagem para a próxima estação? Ou, como afirma Said, seria uma questão do “nós” versus “eles” – que estão tão longe, são tão diferentes de “nós” (ainda que eles possam

viver na favela ao lado de casa e trabalhar no nosso condomínio, sem perder o estigma de “eles”)? O mundo “deles” não é do “nosso” interesse? Refletir sobre os novos refugiados ou sobreviventes de guerra e assassinatos em massa é algo de extrema importância na imprensa segmentada, analisando um olhar feminino de vítimas e algozes deste gênero.

## REFERÊNCIAS

- ALSINA, Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Inmigración y comunicación**. In: CONTRERAS, F.R.; GALIANA, R.G.; CABALLERO F.S. (comps.) *Comunicación, cultura y migración*. Sevilla: Consejería de Gobernación/Junta de Andalucía, 2003.
- BASSANEZI, Carla. **Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1967)**. Cadernos Pagu. Campinas, n.1, p.112, 1993.
- BERTONHA, João. **Fascismo, nazismo e integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.
- BUITONI, Dulcília. **Imprensa feminina no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GILROY, Paul. **Los estudios culturales británicos y las trampas de la identidad**. In: CURRAN, J., MORLEY, David, WALKERDINE, V. (orgs). **Estudios Culturales y Comunicación**. Espanha: Paidós, 1998
- HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. UFMG: 2008.
- HASTINGS, Max. **Inferno – O mundo em guerra: 1939-1945**. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2011.
- NAHES, Semíramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**, São Paulo: Arte & Ciência, 2007.
- NOELLE NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Espanha: Paidós, 2010.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. In: Coleção Repertórios. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- REVISTA FON-FON. **Empresa Fon-Fon e Selecta, Rio de Janeiro: 1940/1950**. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: arquivo digital <http://memoria.bn.br>, acessado entre 5 de outubro de 2013 a 13 de janeiro de 2014.
- RIGONI, Carmen Lúcia. **A imprensa brasileira durante a 2ª Guerra Mundial (1944-1945): Fortalecendo o mito do herói**. Artigo. UFSC, 2003.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEMPRINI, Andrea. **Le Multiculturalisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

STEARNS, Peter. **História das Relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Holocaust Encyclopedia**. Disponível em (<http://www.ushmm.org/learn/holocaust-encyclopedia>). Acesso em: 29 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Refuge in Latin America**. Disponível em <http://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10007824>). Acesso em: 29 de maio de 2015.

WERNECK, Humberto, et al. **A revista no Brasil**. São Paulo: Ed. Abril, 2000.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília/DF: UNB, 2004.